



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

JESSYANE DIAS TRAVASSOS

**AS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA NA PARAÍBA: ASPECTOS
HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O SEU PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO**

CAMPINA GRANDE - PB

2023

T779I

Travassos, Jessyane Dias.

As licenciaturas em matemática na Paraíba: aspectos historiográficos sobre o seu processo de consolidação / Jessyane Dias Travassos. - Campina Grande, 2023. 46 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Licenciatura em Matemática) - Instituto Federal da Paraíba, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo Alexandre Silva.

1. Ensino de matemática - História 2. Licenciatura em matemática 3. Ensino superior-Matemática I. Silva, Rômulo Alexandre da II. Título.

CDU 51

JESSYANE DIAS TRAVASSOS

**AS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA NA PARAÍBA: ASPECTOS
HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O SEU PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo Alexandre Silva



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE

JESSYANE DIAS TRAVASSOS

**AS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA NA PARAÍBA: ASPECTOS
HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O SEU PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para a obtenção de graduação em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Campina Grande.

Habilitação: Licenciatura

Data da aprovação

15 / 12 / 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Rômulo Alexandre Silva

ORIENTADOR: Prof. Dr. Rômulo Alexandre Silva – IFPB

Cicero da Silva Pereira

AVALIADOR: Prof. Me. Cicero da Silva Pereira – IFPB

Helder Gustavo Pequeno dos Reis

AVALIADOR: Prof. Me. Helder Gustavo Pequeno dos Reis – IFPB

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento belo a quem o tem e a quem o recebe. Coloco-me uma grande responsabilidade em escrever este tópico e receio pela sua possível extensão. Assim, peço desculpas aos meus leitores, mas não poderia deixar de agradecer a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, à minha graduação neste curso. Saibam que lágrimas de emoção rolaram sobre meu rosto ao realizar meus agradecimentos.

Quero agradecer primeiramente a Deus por guiar meus passos e me permitir chegar aonde cheguei, conhecendo quem conheci e (re)conhecendo quem eu já conhecia. Agradeço pelos incentivos e apoios vindos da minha família, em especial à minha mãe que por vezes acolheu e cuidou dos meus filhos para que eu pudesse assistir às aulas presenciais. Quero agradecer ao meu esposo, também companheiro de curso, por ter trilhado este caminho ao meu lado e servindo de apoio moral e intelectual durante essa jornada. A todos os meus amigos, agradeço pelos incentivos e demonstrações de admiração à minha persistência em concluir essa graduação. Cada gesto de carinho, encorajamento, suporte moral e emocional, foram acalentadores durante esse processo.

Não poderia deixar de demonstrar minha gratidão ao corpo docente do curso de Licenciatura em Matemática do IFPB-CG. Agradeço, especialmente, aos professores Rômulo, que além de compartilhar, positivamente, experiências e conhecimentos em algumas disciplinas, também me orientou neste Trabalho de Conclusão de Curso; Salomão que sempre foi muito solícito e, com seu jeito especial de ministrar aulas, tornava-as atrativas e divertidas; Cícero que foi o primeiro a me acolher no curso e sempre se mostrou disponível para resolver os problemas e as dúvidas relacionadas às burocracias do curso; Havelange que, com sua sabedoria e humildade, contribuiu significativamente à minha construção de saberes educacionais; Joab que soube orientar e ministrar suas aulas com imensa paciência e elegância; e José Jorge que é, para mim, um exemplo de profissional a ser seguido. Aproveito o momento de agradecimento aos contribuidores da minha formação docente e os abranjo para além dos muros do IFPB. Então, gostaria de agradecer a todos os meus supervisores de estágio, em especial aos professores Gustavo Formiga e Arthur Formiga e ao professor Herede Norões, que contribuiu relevantemente à minha graduação sendo meu supervisor/preceptor no *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)* e no *Programa de Residência Pedagógica (PRP)*¹. Também não poderia deixar de agradecer a dois excelentes funcionários

¹ Programas oferecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

do IFPB-CG, que me deram o suporte necessário sempre que precisei a eles recorrer: Marcos (bibliotecário) e Aécio (auxiliar de alunos).

Encerro agradecendo a todos os meus colegas de curso pelos momentos vivenciados dentro e fora do IFPB. Todos vocês foram essenciais para que esta caminhada pudesse, de alguma forma, se tornar mais leve. Não foram apenas as ajudas nos estudos que amenizaram o fardo, mas também os abraços, as conversas e as risadas que compartilhamos durante esse tempo. De maneira especial, quero agradecer aos meus amigos Allisson, Arley, Erick, Pedro Igor, Fernanda, Rennan e Iann.

Com imenso carinho,

Jessyane Dias Travassos.

Porque somos obra de Deus, criados em Cristo Jesus para as boas ações que Deus já havia preparado, para que nos conduzíssemos por elas.

(Ef 2, 10)

RESUMO

Considerando a relevância em conhecer a história de criação dos cursos de Licenciatura em Matemática nas instituições públicas da Paraíba, este trabalho objetiva relatar e reunir o surgimento destas licenciaturas no estado, buscando suprir a sociedade acadêmica de informações pertinentes para a compreensão do contexto ao qual está inserida. Trata-se de uma pesquisa documental, onde leis, decretos, resoluções e Projetos Político Pedagógicos foram as principais ferramentas para relatar o início dessas trajetórias. Dentre as descobertas, verifica-se a significância em conservar e publicizar os documentos e dados que narram a história de um curso e/ou instituição. Além disso, pode-se perceber a importância de se ter pessoas e profissionais, por trás dos documentos, que lutaram (e lutam) pela oferta de um ensino superior com boa qualidade. Conclui-se que a transcrição de acontecimentos passados poderá auxiliar pesquisadores na compreensão das construções humanas, configurando-se, assim, um ponto de partida para futuras investigações que poderão dar continuidade a esta temática.

Palavras-chave: Pesquisa documental; Licenciatura em Matemática na Paraíba; História do Ensino de Matemática.

ABSTRACT

Considering the importance of knowing the history of the creation of Mathematics degree courses in Paraíba public institutions, this paper aims to report and gather together the emergence of these degrees in the state, seeking to provide academic society with pertinent information for understanding the context in which it is inserted. This is a documentary study, in which laws, decrees, resolutions and Political Pedagogical Projects were the main tools used to describe the beginning of these trajectories. Among the findings was the importance of preserving and publicizing the documents and data that tell the story of a course and/or institution. In addition, we can see the importance of having people and professionals behind the documents who fought (and are fighting) to provide good quality higher education. The conclusion is that the transcription of past events can help researchers understand human constructions, thus becoming a starting point for future research that can continue this theme.

Keywords: Documentary research; Degree in Mathematics in Paraíba; History of Mathematics Teaching.

LISTA DE SIGLAS

CCAEE	Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCT	Centro de Ciência e Tecnologia
CEE/PB	Conselho Estadual de Educação da Paraíba
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
CES	Centro de Educação e Saúde
CFE	Conselho Federal de Educação
CFP	Centro de Formação de Professores
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
DM	Departamento de Matemática
DOE	Diário Oficial do Estado
DOU	Diário Oficial da União
EAN	Escola de Agronomia do Nordeste
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FAFIC	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
Furne	Fundação Universidade Regional do Nordeste
ICEMUP	Instituto Central de Matemática da Universidade Federal da Paraíba
IES	Instituição de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
MEC	Ministério da Educação
NEEP	Núcleo de Extensão e Educação Profissional
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
Protec	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
PSCS	Processo Seletivo de Cursos Superiores
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCEG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

UNED-CJ Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras
URNE Universidade Regional do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.2	Problema de pesquisa.....	12
1.3	Dos objetivos.....	12
1.3.1	Objetivo geral.....	12
1.3.2	Objetivos específicos	12
1.4	Dos aspectos metodológicos que norteiam a pesquisa.....	12
1.5	Da estrutura de organização da pesquisa	13
2	ASPECTOS HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	15
2.1	As origens da educação formal brasileira	15
2.2	A formação em matemática: bacharelado x licenciatura	18
2.3	O ensino superior paraibano: breve histórico.....	20
3	A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NAS IES PARAIBANAS	23
3.1	A criação do primeiro curso de graduação em Matemática na UFPB	24
3.2	Os cursos de Licenciatura em Matemática da UFCG	27
3.3	A trajetória dos cursos de Licenciatura em Matemática da UEPB	30
3.4	O IFPB e a oferta de cursos de Licenciatura em Matemática	32
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA	34
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	39
	ANEXOS	45

1 INTRODUÇÃO

A Matemática é uma ciência construída e presente na vida humana desde a pré-história, sendo utilizada para contar e medir. A História, por sua vez, é uma ciência que busca estudar o passado da humanidade, sejam eles em aspectos coletivos ou individuais. São estes estudos que auxiliam o homem a compreender os acontecimentos de sua atualidade. Diante dessa perspectiva, relatar a minha trajetória formativa levará à compreensão sobre a escolha desta temática.

Iniciei minha educação formal aos 4 anos de idade e concluí o ensino médio aos 16 anos. Todas as escolas as quais estudei são públicas (municipais e estaduais) e estão localizadas no município de Campina Grande, estado da Paraíba, assim como a instituição a qual busco a minha primeira graduação. Minha educação formal básica iniciou-se na Escola Municipal Félix Araújo e finalizou na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Raul Córdula. Após a conclusão do ensino médio, em 2010, realizei vestibular e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), contudo não consegui ingresso à nenhuma universidade. Não venho de uma família com boas condições financeiras, então, ingressar em uma instituição ou cursinho pré-vestibular pagos, naquela época, não era uma opção viável. Diante da situação, em 2011 recorri a um curso preparatório para vestibular oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mesmo sendo gratuito, precisei abandoná-lo, após um mês de matrícula, para trabalhar e assumir algumas despesas pessoais. Pausei minha carreira estudantil por cerca de 7 anos. No segundo semestre de 2018, ingressei no curso de Licenciatura em Matemática ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Campina Grande, através do Processo Seletivo de Cursos Superiores (PSCS). As cotas de inclusão social e racial, me auxiliaram na conquista por esse ingresso.

A Licenciatura em Matemática não foi a minha primeira opção de curso quando prestei meus primeiros vestibulares/Enem, mas o desejo de ser professora era um fato, pois tentei ingressar em diversas licenciaturas: Educação Física, Geografia, Letras, Letras Espanhol e Física. Mesmo buscando outras licenciaturas, a Matemática sempre ocupou um espaço de destaque nas minhas escolhas. Não me recordo, ao certo, quando e o que me fizeram ter empatia por essa ciência, mas me recordo do prazer em resolver situações matemáticas. Contudo, ao ingressar no curso, percebi que a Matemática, em nível de educação superior, minha capacidade intelectual, pelo menos naquele momento. Durante minha formação docente no curso de Licenciatura em Matemática do IFPB, atravessei diversas situações (boas e ruins) e fui percebendo, ao longo dos períodos, a importância de cada componente curricular para a

construção dos meus conhecimentos matemáticos e educacionais. Algumas disciplinas me fizeram perceber a importância de se buscar contextos históricos para entender o comportamento social. As principais responsáveis por aguçarem meu desejo em pesquisar sobre um tema que envolve História, Matemática e Educação, foram as disciplinas de História da Matemática e Teorias da Aprendizagem.

Diante do exposto, a escolha da temática surgiu da curiosidade em saber um pouco mais sobre as origens da graduação a qual pretendo me formar. Na busca por respostas, surgiu um problema de execução da pesquisa: a escassez de material bibliográfico sobre o tema. Diante da dificuldade, veio a vontade de produzir um trabalho de pesquisa capaz de reunir as informações que tratem da História de criação e consolidação dos Cursos de Licenciatura em Matemática no estado da Paraíba e que possa servir de auxílio para outros pesquisadores que desejem dar continuidade a esta temática. Além do mais, é desejável que acadêmicos, oriundos dessas licenciaturas, possam recorrer a este trabalho ao pesquisarem sobre o processo de organização, objetivos e criação desses cursos.

Para fundamentar esta pesquisa, foi necessário construir um registro historiográfico sobre a organização da Matemática e seu ensino no Brasil, em especial na Paraíba, identificando que durante o processo de colonização em nosso país, boa parte da Europa já tinha iniciado um processo de desenvolvimento educacional voltado para as elites burguesas, no clero e no estado (oficiais militares e administradores representantes de cada império). Assim, é necessário conhecer os pressupostos relacionados ao que se pretende analisar.

É preciso entender em que momento histórico a oferta de cursos para formação de professores de matemática passou a ser importante para o sistema educacional do país. As aulas de Matemática eram ministradas, principalmente, por engenheiros ou oficiais militares com formação técnica e possuíam finalidades ligadas à defesa de território e desenvolvimento de técnicas voltadas para guerra. Compreender essas conjecturas é essencial para a construção de conhecimentos históricos sobre a Matemática e seu ensino no Brasil. Além de mencionar o contexto nacional, é de igual importância falar sobre as instituições de ensino superior que abrigam os cursos de Licenciatura em Matemática no estado paraibano.

Realizar um trabalho que se fundamenta em história é contribuir com a sociedade no que diz respeito ao conhecimento e entendimento dos fenômenos que acontecem na atualidade. Analisar situações passadas, também é uma maneira de identificar erros e acertos, pois uma comunidade evolui a partir do discernimento sobre o que já aconteceu e, daí então, traça metas para o melhoramento daquele contexto. Assim, materiais bibliográficos, documentos e sites, foram as principais fontes de consulta para estruturação deste trabalho. Por fim, é importante

mencionar que esta investigação é apenas um marco inicial sobre o tema, sendo essencial o desdobramento de pesquisas que complementem esta temática.

1.2 Problema de pesquisa

No intuito de compreender como a Matemática e seu ensino se organizam dentro das instituições brasileiras de ensino superior, culminando num processo de formação de professores habilitados a atuar na Educação Básica em todas as suas regiões, e em particular, no estado da Paraíba, elaboramos a seguinte questão de pesquisa: quando e como foram implementados os cursos de Licenciatura em Matemática no território paraibano?

1.3 Dos objetivos

Como toda pesquisa acadêmica é fruto de um processo de reflexões sobre um determinado tema, de um aprofundamento teórico que a fundamenta, delineamos objetivos que norteiam a nossa trajetória investigativa.

1.3.1 Objetivo geral

Com intuito de atender a questão que norteia nossa pesquisa, temos como objetivo geral: apresentar aspectos historiográficos sobre o processo de surgimento dos cursos de Licenciatura em Matemática dentro das Instituições de Ensino Superior na Paraíba.

1.3.2 Objetivos específicos

Procurando atender ao objetivo geral de nossa pesquisa, delineamos como objetivos específicos as seguintes ações:

- Analisar documentos históricos que contribuíram para a implementação desses cursos de Licenciatura em Matemática;
- Apresentar um registro de como esses cursos de licenciatura se organizam dentro das Instituições de Ensino Superior.

1.4 Dos aspectos metodológicos que norteiam a pesquisa

Considerando que a História possibilita à humanidade a compreensão do passado e do presente, consultar documentos que narram o nascimento e a trajetória das instituições públicas de ensino superior do estado da Paraíba é indispensável para se construir dados concretos e significativos. Assim, a pesquisa documental torna-se a mais adequada para o alcance dos objetivos pretendidos neste trabalho. Gil (2017, p. 29) fortalece essa ideia deixando claro que

“a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia”.

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, pois induzir o leitor a relacionar o contexto atual com fatos históricos é uma forma de fazê-lo entender o porquê de alguns fenômenos acontecerem. Além disso, levá-lo a familiarizar-se com a história de um grupo ao qual se está inserido (ou não), também é uma maneira de auxiliá-lo no desenvolvimento de habilidades argumentativas sobre o tema.

Perante o exposto, uma pesquisa documental possibilitará o acesso às informações que estruturam as histórias dos cursos de Licenciatura em Matemática nas instituições públicas de ensino superior do estado paraibano. Ademais, para se conseguir uma boa fundamentação teórica, é indispensável a consulta de bibliografias que possam contribuir com a construção deste trabalho científico. Para realizar uma historiografia em que o objeto de estudo está inserido numa conjuntura educacional, que por sua vez também possui um histórico bastante relevante, é imprescindível explorar a história da educação formal que deu origem ao cenário analisado.

1.5 Da estrutura de organização da pesquisa

Durante o período de pesquisa, buscou-se uma fundamentação que pudesse contribuir de forma concisa e significativa para a construção de saberes históricos dos acadêmicos matemáticos inseridos no contexto abordado. Consultar documentos oficiais, sites, trabalhos acadêmicos, publicações em diários oficiais, visitar alguns centros acadêmicos em busca de informações etc., foram alguns caminhos trilhados para alcance dos objetivos pretendidos.

Assim, este trabalho está estruturado em 4 capítulos onde, inicialmente, com a introdução, busca-se mostrar a relevância e motivação da temática abordada. Nela também narro um pouco da minha trajetória formativa. Ainda no capítulo 1, mostramos os problemas de pesquisa e os objetivos que a nortearam. Em seguida, trazemos a metodologia utilizada, qual seja, uma pesquisa qualitativa documental, e o porquê desta possuir estes moldes. Finalizando o capítulo, trouxemos uma narrativa sobre a estruturação do trabalho e os recursos escolhidos para fundamentá-lo.

No capítulo 2, achamos pertinente a abordagem histórica da educação formal brasileira, então, estruturamos subtópicos que narram um pouco sobre o início desta estruturação até a oferta de cursos superiores. Em seguida, falamos sobre o surgimento das licenciaturas no país e o desenrolar para a oferta de cursos de formação de professores de Matemática. Finalizando

este capítulo, foi imprescindível mencionar o surgimento da educação superior paraibana e o nascimento das instituições públicas de ensino superior do estado.

No 3º capítulo, encontra-se a história do surgimento das Licenciaturas em Matemática na Paraíba. No primeiro subtópico estão os processos de criação dos cursos ofertados pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em seguida, a trajetória dos cursos oferecidos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Logo após, pode-se encontrar a narrativa histórica sobre os cursos mantidos pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Finalmente, a história da implementação dos cursos disponibilizados à população através do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

O capítulo 4 traz a discussão e análise do trabalho e, encerrando a parte textual, tem-se as considerações finais. Estes itens mostram, dentre outras coisas, a importância de se construir trabalhos de pesquisa com essa temática.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O desenvolvimento educacional do país não se deu de forma linear e gradual, pois o desenvolvimento e exploração de cada uma das nossas regiões ocorreu de acordo com questões políticas e de interesses econômicos. Desta maneira, alguns estados/províncias tiveram maior ou menor importância na estruturação do modelo de ensino.

2.1 As origens da educação formal brasileira

A educação brasileira é um tema bastante abrangente e repleto de histórias e lutas, podendo levar às diversas ramificações que estruturam, hoje, a educação formal no Brasil. Analisar o contexto histórico, quando se pesquisa sobre esse assunto, é de extrema importância para entender a organização atual. Assim, não se pode descartar o fato de que a nação brasileira existe desde muito antes da chegada dos europeus ao território. Mas como essas civilizações primitivas se organizavam? Será que já existia um modelo educativo? O que mudou com a chegada dos europeus? Qual o papel dos colonizadores na educação escolar brasileira?

É sabido que os primeiros povos a habitarem o território brasileiro foram os indígenas. Tratando-se sobre educação, não se pode descartar o fato de que essas comunidades já possuíam uma organização social dividida por gêneros e faixas etárias. Para enfatizar esta organização, Saviani cita F. Fernandes² sobre os povos Tupinambás:

Em sua organização social, os Tupinambás distinguiam cinco grupos de idade tanto para homens como para mulheres: os *Peitan*, designação dos recém-nascidos até começar a andar, distinguiam-se em a) *kunumy-miry*, crianças do sexo masculino até 7-8 anos de *kugnatin-miry*, meninas até 7 anos; b) *kunumy*, meninos dos 8 aos 15 anos e *kugnatin*, meninas dos 7 aos 15 anos; c) *kunumy-uaçu*, rapazes dos 15 aos 25 anos e *kugnammuçu*, moças dos 15 aos 25 anos; d) *Aua*, homens dos 25 aos 40 anos, sendo que, neste grupo, se distinguiu o homem casado pelo nome de *Mendar-amo* e *kugnam*, mulher dos 25 aos 40 anos, sendo a mulher casada denominada *kugnammuçupoare*; e) finalmente, *Thuyuae*, homens de 40 anos em diante e *Uainuy*, mulher de 40 anos em diante (Fernandes, 1989, p. 223 apud Saviani, 2013, p. 36).

Na divisão etária desse grupo indígena, os mais novos (até 25 anos) recebiam formação para que fossem capazes de realizar as atividades contributivas àquelas comunidades. Os ensinamentos não estavam relacionados a algo formal como ler e escrever, mas sim à pesca, caça, fabricação de utensílios domésticos, plantio, colheita etc. Os mais jovens só começavam a participar das atividades dos adultos após os 15 anos, porém de forma parcial, pois ainda tinham muito o que aprender. Só depois dos 25 anos (idade considerada adulta) é que poderiam participar plenamente das reuniões destinadas aos mais velhos. Atingida a idade adulta, o

² FERNANDES, Floresntan. **A organização social dos tupinambás**. São Paulo, Hucitec/Brasília, UnB, 1989.

aprendizado não acabava, na verdade, entre 25 e 40 anos aprendia-se ainda mais sobre as suas culturas. Homens e mulheres poderiam participar das reuniões que ocorriam no povoado. Após os 40 anos, todos eram capazes de assumir uma posição de chefia, contudo, as mulheres direcionavam-se às atividades consideradas femininas e os homens às atividades consideradas masculinas. Todavia, apenas os integrantes do sexo masculino poderiam chegar à condição de pajés, função esta considerada a de maior superioridade nas tribos indígenas. Mesmo diante da divisão de funções por gêneros, todos que atingiam cargos de superioridade mereciam total respeito, pois eram tidos como exemplos para os mais novos. Os ensinamentos dos anciãos aos mais jovens eram de se admirar, pois “a qualidade da influência que exerciam no decorrer de suas pregações era de tal ordem, que Thevet os comparou aos *professores* europeus” (Fernandes, 1964, p. 183 apud Dermeval, 2013, p. 37).

No dia 22 de abril de 1500, os portugueses chegam ao Brasil e encontram uma civilização que já possuía uma estrutura social e educativa. Com intuito de se envolver na ocupação das terras brasileiras, o rei Dom João III criou o Governo Geral no Brasil no ano de 1548. Tomé de Sousa foi o indicado pelo rei para assumir o cargo de governador. Em 1549, Tomé chega ao Brasil acompanhado por cerca de 1.000 homens, dentre eles os jesuítas. Chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega, delegou-se esses religiosos à tarefa de converter os pagãos que habitavam as terras brasileiras. Todos deveriam ser catequizados com a crença do rei: a santa fé católica. Mas como catequizar uma civilização que não sabia ler nem escrever? Sequer falavam a mesma língua. Para sanar tais dificuldades e obter sucesso na missão ora concedida, o chefe dessa ordem cristã decidiu criar a escola de leitura e escrita. Assim, inicia-se a educação formal no país.

A partir da formalização da educação brasileira, muitas fases e movimentos ocorreram para se obter a estruturação atual. Saviani elencou, através de uma periodização, as etapas que marcaram a trajetória das ideias pedagógicas no país durante o período de 1549 a 2001.

- 1º Período (1549-1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases:
 1. Uma pedagogia brasílica ou período heroico (1549-1599);
 2. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o *Ratio Studiorum* (1599-1759).
- 2º Período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases:
 1. A pedagogia pombalina ou as ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827);
 2. Desenvolvimento da pedagogia leiga: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932).
- 3º Período (1932-1969): Predominância da pedagogia nova, subdividido nas seguintes fases:
 1. Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947);

2. Predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961);
3. Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969).
- 4º Período (1969-2001): Configuração da concepção pedagógica produtivista, subdividido nas seguintes fases:
 1. Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da visão crítico-reprodutivista (1969-1980);
 2. Ensaio contra-hegemônico: pedagogias da “educação popular”, pedagogias da prática, pedagogia crítico-social dos conteúdos e pedagogia histórico-crítica (1980-1991);
 3. O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo (1991-2001) (Saviani, 2013, p. 19-20).

Além de estabelecer uma Educação Básica formal no Brasil, os jesuítas também propuseram à coroa portuguesa a implementação de uma educação superior no território, contudo não obtiveram êxito na solicitação. Os alunos que desejassem dar continuidade aos estudos, após encerrarem suas jornadas formativas nas escolas jesuíticas, deveriam buscar uma formação superior na Universidade de Coimbra, em Portugal, ou em outras instituições europeias que oferecessem a graduação desejada. Fato este que só seria possível para a elite.

Após diversas tentativas, frustradas, de implementação de uma educação superior no Brasil, em 1808 “são criados cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano, talvez, secundário, profissionais de nível médio” (Cunha, 1980 apud Fávero, 2006, p. 20). Os primeiros estados brasileiros a serem contemplados com o ensino superior foram a Bahia, com a criação do Curso Médico de Cirurgia, e o Rio de Janeiro, com a institucionalização da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Mais tarde, outras unidades federativas também foram contempladas com a implementação de escolas de nível superior. Ainda que iniciado um modelo de educação superior no país, os cursos eram dispersos e não dedicavam-se às pesquisas científicas. Em 1920, essas escolas passaram a ser reunidas, dando origem às primeiras universidades brasileiras. Estas unificações iniciaram após a publicação do Decreto n.º 11.530, que dispõe, em seu Art. 6º que “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Polytechnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a ellas uma das Faculdades Livres de Direito dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar” (BRASIL, 1915).

Após a referida promulgação, a primeira instituição implementada foi a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), sendo o Decreto n.º 14.343 de 07 de setembro de 1920, o responsável por reger as normas desta criação. Segundo Martins (2002), as criações das universidades não estavam mais voltadas a interesses políticos e deveriam amparar os cientistas e promover a pesquisa, atendendo, assim, as necessidades da sociedade.

2.2 A formação em matemática: bacharelado x licenciatura

A história da educação formal no Brasil, básica e superior, foi marcada por diversas etapas, estruturações e reformulações até chegar ao modelo atual. Os cursos de formação em Matemática, sejam eles bacharéis ou licenciaturas, ganharam força e autonomia ao decorrer das retificações que ocorriam na educação brasileira.

Antes do surgimento das universidades brasileiras, a Matemática já se fazia presente, como componente curricular, em algumas formações superiores, especificamente nas escolas militares. Em 1738, José Fernandes Pinto Alpoim, militar e engenheiro em Portugal, chega ao Brasil e torna-se o primeiro professor de Matemática, contratado pelo rei português, para ministrar aulas de artilharia e fortificações aos engenheiros militares do Rio de Janeiro. Para suas aulas, escreveu dois importantes tratados: Exame de Artilheiros (1744) e Exame de Bombeiros (1748). Estes “constituem as fontes mais remotas para investigação das origens da matemática escolar no Brasil” (Valente, 2005, p. 2). O ensino de Matemática, em nível superior, passa a ter destaque após a criação da Academia Real dos Guardas-Marinha e da Academia Real Militar. Nelas, eram ministradas aulas de Aritmética, Álgebra e Geometria. Os ensinamentos matemáticos serviam como suporte para as estratégias de guerrilha e proteção de território.

Com o passar dos anos, a quantidade de professores de Matemática aumentava e muitos provinham das academias militares e politécnicas. Até aquele momento, não haviam cursos destinados especificamente à formação desses profissionais. A importância da educação matemática só passou a ser levada em consideração no início do século XX, quando em 1908, representantes internacionais começaram a discutir a importância de uma renovação do ensino das matemáticas para o nível escolar secundário. Para atingir os objetivos de reformulação nos ensinamentos matemáticos, uma comissão foi criada para analisar e internacionalizar um modelo de instrução que atendesse as necessidades da educação básica.

O primeiro a participar das discussões internacionais sobre a modernização no ensino de Matemática foi o professor Eugênio de Barros Raja Gabaglia, atuante no Colégio Pedro II, sendo congressista no V Congresso Internacional de Matemática, ocorrido na Inglaterra. Contudo, “o relatório brasileiro nunca foi entregue e estudos posteriores mostram que por intermédio de Raja Gabaglia, nada foi apropriado e trazido para o Brasil das discussões internacionais” (Valente, 2005, p. 5). Na primeira metade do século XX, o professor Euclides Roxo, também do Colégio Pedro II, saiu em busca de inovações para o ensino matemático no país. Os moldes para educação dessa ciência já haviam sido renovados e implementados em

diversos países³. O que impedia o Brasil de acompanhar estas renovações? Na época, o ensino da Matemática era fragmentado em matérias da seguinte maneira: Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria. Com a modernização, estas disciplinas foram unificadas e tornaram-se, assim, a Matemática. As propostas de reformulação foram aceitas e estabelecidas em decreto, porém deveriam ser praticadas apenas no Colégio Pedro II⁴.

Em 1930, início da Era Vargas, o Brasil encontrava-se com um grande déficit na alfabetização de seus habitantes. Tal fator era desinteressante para uma nação que começara a crescer industrialmente. Assim, é criado o Ministério de Educação e Saúde Pública, ficando esta pasta sob a responsabilidade do advogado Francisco Luís da Silva Campos e do médico Washington Ferreira Pires. Com intuito de renovação e minimização dos danos educacionais que permeavam o país há cerca de 300 anos, Francisco Campos reformula as diretrizes para uma nova educação brasileira: a Reforma Francisco Campos.

Sendo destaque na modernização da educação do Colégio Pedro II, Euclides Roxo é convidado por Campos para compor a comissão responsável pela reestruturação dos caminhos a serem seguidos rumo à renovação educacional brasileira. É então, com a referida reforma, que a Educação Matemática Moderna passa a se expandir pelas escolas do país. Críticas foram lançadas às propostas educacionais matemáticas de Roxo, que defendia um modelo de ensino secundário mais pedagógico. Joaquim Inácio de Almeida Lisboa⁵, formado em engenharia e professor do Colégio Pedro II, desaprovava a inovação do ensino matemático.

Lisboa busca ridicularizar a renovação do ensino de Matemática no Brasil, tentando destruir a argumentação que vinha, na própria imprensa, sendo utilizada por Euclides Roxo para defender a reforma. Além disso, desafia as determinações legais recusando-se a adotá-las em suas aulas (Valente, 2005, p. 8).

Euclides Roxo rebate as críticas reforçando seu incentivo às novas práticas pedagógicas do ensino secundário matemático e não deixa de opinar sobre os métodos de ensino praticados pelo professor Lisboa que, segundo ele, era “um grande conhecedor de Matemática e ignorante das questões ligadas ao ensino da disciplina” (Valente, 2005, p. 9).

Diante da modernização educacional matemática para o ensino secundário, conseqüentemente, faz-se necessário que a formação dos professores, destinados à atuação

³ O matemático alemão Felix Klein foi um dos principais impulsionadores e organizadores do primeiro movimento internacional para reforma do ensino de Matemática.

⁴ É importante destacar que no início do século XX, as políticas educacionais desenvolvidas no Colégio Pedro II serviam como referência para as demais instituições de ensino no país.

⁵ Almeida Lisboa foi professor de Euclides Roxo no Colégio Pedro II e expôs sua opositora opinião no *Jornal do Commercio*, em 21 de dezembro de 1930, sobre a modernização do ensino de Matemática nas escolas de nível secundário.

neste nível escolar, também sofria modificações pedagógicas e metodológicas. As primeiras faculdades que possuíam cursos destinados à formação de professores foram a “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da Universidade de São Paulo, em 1934” (Valente, 2005, p. 13), e a “Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), integrante da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1939” (Valente, 2005, p. 13). Bacharéis e licenciados originavam-se do mesmo curso superior: os alunos que cursassem 3 anos de disciplinas de caráter específico, recebiam o certificado de bacharel e os que decidiam prolongar a formação por mais 1 ano em conhecimentos pedagógicos, recebiam certificação de licenciado. Este modelo é conhecido como 3+1. Com o decorrer dos anos, outras universidades, com estes moldes, foram implementadas em diversas unidades da federação, inclusive na Paraíba.

2.3 O ensino superior paraibano: breve histórico

As tentativas de inserção do ensino superior na Paraíba começaram desde o ano 1889, contudo sem sucesso, pois o estado não possuía estrutura adequada para tamanha evolução educacional. Em 1920, diversas reivindicações por melhorias passaram a acontecer em território paraibano, dentre elas, a implantação do ensino superior.

Os operários procuravam melhorar as condições de vida, enquanto as classes médias urbanas procuravam fugir do trabalho nas fábricas assumindo funções no comércio, nos bancos e nas repartições públicas. Advocacia, medicina e engenharia eram profissões de prestígio que poderiam abrir as portas da alta sociedade. Daí a importância dos diplomas universitários dentre os quais o mais cobiçado era o fornecido pelas faculdades de Direito (Bezerra, 2006, p. 33).

Na década de 1930, a educação brasileira foi marcada por grandes transformações e a primeira escola superior paraibana foi fundada em 1934, por intermédio do político José Américo de Almeida. Por possuir influência política junto ao Governo Federal, assumia compromissos políticos e em troca solicitava a implantação de instituições de ensino superior no estado paraibano. O primeiro colégio a ser implantado foi a Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), no município de Areia, cidade natal do político *Zé Américo*, como era conhecido. De acordo com Bezerra (2006), a primeira escola de ensino superior paraibana só começou a funcionar, sob financiamento do Governo do Estado, no ano de 1937.

A EAN abriu os ares paraibanos para a implantação de novas escolas de ensino superior. Em 1947, é fundada, no município de João Pessoa, a Faculdade de Ciências Econômicas. Em 1951, são implantadas as Faculdades de Direito e de Medicina e a Escola de Serviço Social. A criação da Faculdade de Medicina no estado, abre o leque de possibilidades para abertura de outras escolas na área da saúde, a exemplo da Escola de Enfermagem (1953) e da Faculdade de

Odontologia (1955). Diante do crescente número de implantações de escolas superiores na Paraíba, em 1955 é criada a primeira Universidade da Paraíba por meio da Lei Estadual n.º 1.366. A promulgação da Lei n.º 3.835/1960 é responsável pela federalização da referida universidade, passando a ser denominada de Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Diferentemente das universidades espalhadas pelo país, onde os cursos e campi centralizavam-se em um único espaço urbano, a UFPB era composta por cursos que foram se espalhando pelas cidades de João Pessoa (campus I), Campina Grande (campus II), Areia (campus III), Bananeiras (campus IV), Cajazeiras (campus V), Sousa (campus VI) e Patos (campus VII). Em 2005 a UFPB criou mais um campus, objetivando atender o litoral norte paraibano. As cidades contempladas com a nova expansão foram Mamanguape e Rio Tinto.

No ano de 1966, é criada na cidade de Campina Grande a Fundação Universidade Regional do Nordeste (Furne), pela Lei Municipal n.º 23, para suprir as necessidades financeiras da instituição que surge com a unificação de algumas faculdades: a Universidade Regional do Nordeste (URNE).

[...] estruturou-se a partir do agrupamento das Faculdades de Filosofia e de Serviço Social; Faculdade de Direito; de Odontologia, de Arquitetura e Urbanismo, de Ciências da Administração e de Química, constituindo a Universidade Regional do Nordeste (URNE) (UEPB, 2016, p. 8).

Em 1987, pela Lei Estadual n.º 4.977, a URNE é estadualizada e passa a ser denominada de Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tornando-se autarquia do estado, a UEPB passa aos poucos, a se expandir pelo território paraibano criando novos campi e agregando escolas superiores à sua instituição. Atualmente é composta por 8 campi, distribuídos nas cidades de Campina Grande (campus I), Lagoa Seca (campus II), Guarabira (campus III), Catolé do Rocha (campus IV), João Pessoa (campus V), Monteiro (campus VI), Patos (campus VII) e Ararura (campus VIII).

Com a promulgação da Lei n.º 10.419, no ano de 2002, alguns campi da UFPB foram desmembrados dando origem à Universidade Federal de Campina Grande (UFMG). Mesmo sendo a universidade mais jovem do território paraibano, pode-se dizer que a história da UFGC começa em meados do século XX, com a criação de duas escolas destinadas ao ensino de saberes em nível superior: a Escola Politécnica (1952) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1955). Foram estas duas unidades campinenses que, mais tarde, tornaram-se o campus II da UFPB. Atualmente possui diversos campi estabelecidos em municípios do estado paraibano: Campina Grande (sede da reitoria), Cajazeiras, Cuité, Patos, Pombal, Sousa e Sumé.

Na Paraíba, além das universidades ora citadas, também são ofertados cursos a nível superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Desde

1909, ano de sua fundação, as perspectivas educacionais da instituição acompanham a economia da região. Assim, sua nomenclatura passou por diversas modificações ao decorrer de sua existência.

Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba - de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa - de 1937 a 1961; Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba - de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba - de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – de 1999 a 2008 (IFPB, 2018a, p. 7).

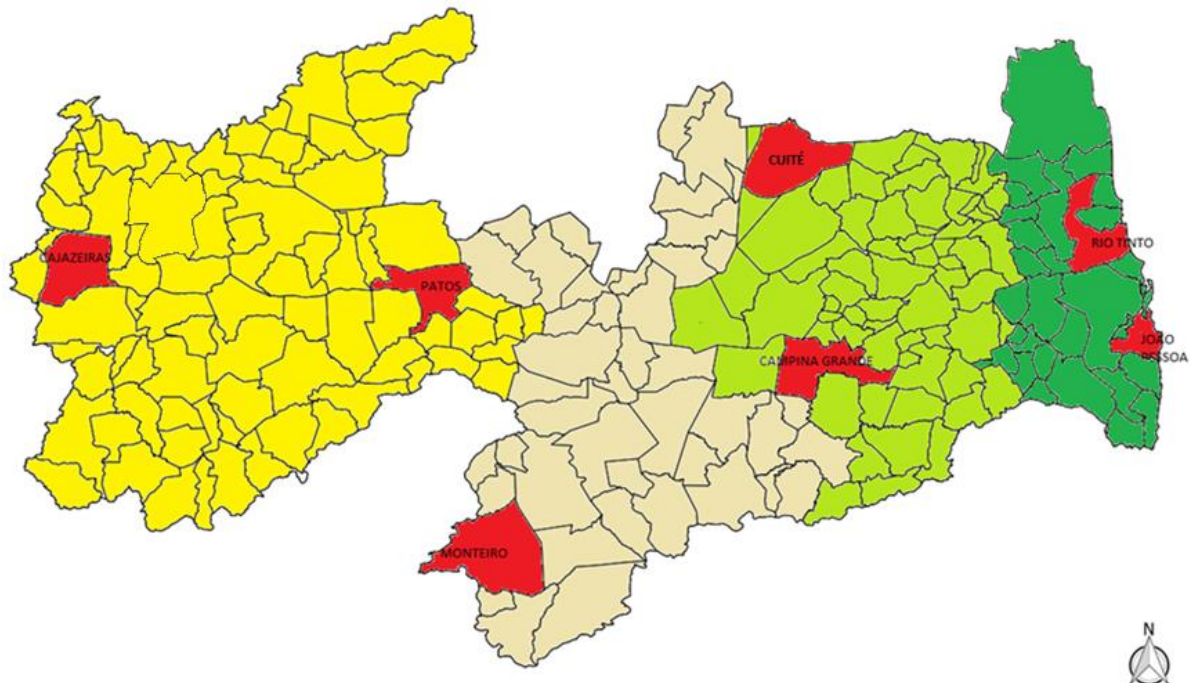
O Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET), em 1999, encontra-se em um período evolutivo e passa “a contar, além de sua Unidade Sede e da UNED-CJ, com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional - NEEP” (IFPB, 2018b, p. 8). A expansão do CEFET proporcionou a elevação do nível de ensino, passando a ofertar, inicialmente, cursos de graduação nas áreas tecnológicas e posteriormente bacharelados e licenciaturas. Após a criação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec), foram implantados, em 2007, o Núcleo de Ensino de Pesca e a Unidade de Ensino Descentralizada nos municípios de Cabedelo e Campina Grande, respectivamente. Em 2008, a Lei n.º 11.892 instituiu no Brasil a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Assim, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa foram integrados, criando-se o IFPB. Durante as fases do Programa de Expansão da Educação Profissional, o instituto passou a contar com novas unidades espalhadas pelo território paraibano. De acordo com o site da instituição, atualmente possui instalações físicas nas cidades de Areia, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mangabeira, Monteiro, Patos, Pedras de Fogo, Picuí, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Soledade e Sousa.

3 OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA NAS IES PARAIBANAS

Na Paraíba, a Licenciatura em Matemática é ofertada em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas: UFPB, UFCG, UEPB e IFPB. Ao todo, são 12 cursos distribuídos em diferentes regiões entre o litoral, agreste, cariri e sertão, sendo ofertados em horários diurno e/ou noturno, nas modalidades presencial e à distância. As cidades que oferecem a formação docente em Matemática são: Cajazeiras, Campina Grande, Cuité, João Pessoa, Monteiro, Patos e Rio Tinto.

Observando a Figura 1, é possível notar que a distribuição geográfica dos cursos atinge, estrategicamente, todas as mesorregiões paraibanas. Esta abrangência minimiza as dificuldades de acesso à graduação em Licenciatura em Matemática tanto para a população local quanto para as circunvizinhas.

Figura 1 - Distribuição dos cursos na Paraíba



Fonte: Autoria própria, 2023⁶.

A ampliação do número de cursos para diplomação em licenciatura é fruto de políticas públicas direcionadas à expansão e descentralização das IES e de cursos de graduação para a formação de professores, neste caso, em Matemática. O Quadro 1 apresenta a organização

⁶ Informações obtidas nos sites das IES públicas da Paraíba.

territorial e quantitativa das IES em relação à oferta do curso para formação de professores de Matemática:

Quadro 1 – A oferta da Licenciatura em Matemática nas IES públicas paraibanas

Sigla	Instituição	Quantidade	Campi	Modalidade
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba	03	Campina Grande	Presencial
			Monteiro	Presencial
			Patos	Presencial
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande	03	Campina Grande	Presencial
			Cajazeiras	Presencial
			Cuité	Presencial
UFPB	Universidade Federal da Paraíba	03	João Pessoa	Presencial
			João Pessoa	À distância
			Rio Tinto	Presencial
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	03	Campina Grande	Presencial
			Cajazeiras	Presencial
			João Pessoa	Presencial

Fonte: Autoria própria, 2023⁷.

Até chegarem à estrutura atual, as IES passaram por diversas transformações físicas e educacionais. A história da implantação, modificação e expansão do curso de Licenciatura em Matemática na Paraíba, possui um enredo bastante significativo à sua comunidade acadêmica. É importante entender como esta graduação chegou, se instalou e se estruturou em terras paraibanas. Os tópicos seguintes relatam esses acontecimentos.

3.1 A criação do primeiro curso de graduação em Matemática na UFPB

A oferta do curso para graduação em Matemática na Paraíba, originou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Paraíba no final da década de 1950. Nesta faculdade, eram ofertados sete cursos (disciplinas): “Análise Matemática, Análise Superior, Geometria Analítica, Geometria Superior, Geometria Projetiva, Mecânica Celeste e Mecânica Racional” (Melo, 2021, p. 25). Em 1961, nasceu na cidade de João Pessoa, o Departamento de Matemática (DM) vinculado à Escola de Engenharia que, por sua vez, havia passado a integrar a UFPB após sua federalização. Até o final de 1966, o DM estava instalado no Instituto Central de Matemática da Universidade Federal da Paraíba (ICEMUP). Diante da crescente evolução

⁷ Informações obtidas nos sites das IES públicas da Paraíba.

no ensino superior e de disciplinas de Matemática, em 1966 os professores do ICEMUP propuseram a criação de cursos de Licenciatura e Bacharelado em Matemática.

No dia 27 de março de 1967, inicia a primeira turma do curso de Licenciatura em Matemática da capital paraibana, composta por seis alunos. Até então, sem reconhecimento do Ministério da Educação (MEC). Embora já autorizado a funcionar, apenas em 1970 o curso obteve aprovação de sua Estrutura Curricular. De acordo com a análise feita por Melo (2021, p. 27) “o curso estava planejado para ser realizado em um tempo determinado de 4 anos, com carga horária de 2.700 horas, o equivalente a 180 créditos e divididas em blocos de acordo com os anos”. Com o decorrer do tempo, o curso foi ficando cada vez mais estruturado e contando com mais disciplinas na área de Matemática.

No final de 1970, segundo o histórico da página oficial do DM, a proposta curricular para o curso de Licenciatura em Matemática foi aprovada. O Quadro 2 demonstra a divisão do mencionado curso. Nele, é possível observar que o modelo adotado era o “3+1”.

Quadro 2 – Estrutura curricular da 1ª Licenciatura em Matemática da UFPB

Ano	Componente Curricular	Créditos
1º ANO	Cálculo Diferencial e Integral I	12 créditos
	Física Geral I	12 créditos
	Desenho Geométrico e Geometria Descritiva	6 créditos
	Cálculo Vetorial	6 créditos
	Fundamentos de Matemática Elementar I	6 créditos
	Geometria Analítica	6 créditos
2º ANO	Cálculo Diferencial e Integral II	10 créditos
	Mecânica Geral	10 créditos
	Física Geral II	10 créditos
	Cálculo das Probabilidades e Estatística	5 créditos
	Fundamentos de Matemática Elementar II	5 créditos
	Álgebra I	5 créditos
	Cálculo Numérico	5 créditos
	Fundamentos de Matemática Elementar III	5 créditos
3º ANO	Álgebra II	5 créditos
	Análise I	6 créditos
	Topologia I	6 créditos
	Álgebra III	6 créditos
	Fundamentos de Matemática Elementar IV	6 créditos
	Topologia II	6 créditos
	Álgebra IV	6 créditos
4º ANO	Geometria Diferencial	6 créditos
	Matérias pedagógicas (ministradas pela Faculdade de Educação)	30 créditos

Fonte: Dados obtidos no site do Departamento de Matemática da UFPB⁸.

Segundo Melo (2021), a reformulação do curso ocorreu no ano de 1971, oficializada pela Resolução n.º 32/73 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

⁸ <http://www.mat.ufpb.br/dm/index.php/institucional/historico>

Em 1974, com a Reforma Concêntrica, nasce o Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), onde ficariam concentrados os departamentos de Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências e Patologia.

A autorização para funcionamento do curso aconteceu no ano 1977, publicada no Diário Oficial da União (DOU), mas já constava na Resolução n.º 25 de 1965 do Conselho Universitário da UFPB, Melo (2021). A pesquisadora também destaca, no mesmo trabalho, que diante das Resoluções n.º 30/74 e n.º 37/75 do Conselho Federal de Educação (CFE), que buscavam estabelecer uma forma única para formação de professores de Ciências Naturais e Matemática e acelerar o processo de graduação dos professores que atuavam no 1º grau, o “Decreto n.º 682/78 transformou os cursos de Física, Química e Matemática da UFPB em cursos de Ciências, Licenciaturas de 1º Grau e Plena com habilitações em Física, Química e Matemática” (Melo, 2021, p. 29). O período em que as licenciaturas estavam unificadas foi bastante conturbado e causava insatisfação à classe acadêmica. Assim, foi criada uma comissão no CCEN para discutir a situação das licenciaturas, ora reunidas. Após reuniões, foi proposto aos departamentos, a reativação das Licenciaturas Plenas. Pelos estudos de Melo (2021), o DM aprovou, por unanimidade, o retorno da Licenciatura Plena em Matemática e a referida iniciativa está constante na página 16 do Processo n.º 44/86 - GM. Os anos de 1985 a 1986 marcaram o desenrolar para a reativação dos cursos. O retorno da licenciatura não aconteceu através da criação de um curso específico, mas sim por meio de sua inserção no curso de Matemática do CCEN que, até então, habilitava seus graduados apenas em bacharelado.

A Reestruturação Curricular do Bacharelado em Matemática e Implantação da Habilitação em Licenciatura em Matemática foi enviada da Coordenação do Curso de Matemática para o DM através do Processo 44/86. O responsável pelo parecer favorável foi o relator Prof. Nelson Nery de Oliveira Castro, aprovado por unanimidade na reunião do DM no dia 12 de setembro de 1986 (Melo, 2021, p. 29).

Após passar pela apreciação das coordenações e conselhos, a proposta de reestruturação do curso de Matemática foi aprovada. Assim, de acordo com a apresentação do curso no site do CCEN⁹, a Licenciatura em Matemática foi (re)criada em 26 de abril de 1988 através da aprovação da Resolução n.º 09 do CONSEPE e reconhecida pelo MEC em 27 de setembro de 1993 por meio da Portaria Ministerial n.º 1.409.

Desde sua abertura, o curso de Licenciatura em Matemática da UFPB passou por diversas modificações em sua grade curricular. Ao todo foram elaborados 3 Projetos Político Pedagógico (PPP) - anos de 1974, 1988 e 2006 - tendo a sua versão mais recente sido

⁹ https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=1626681&lc=pt_BR.

reformulada no ano de 2008. As resoluções que aprovaram o funcionamento do curso durante esse período foram: Resolução n.º 09/74 do CONSEPE/UFPB, Resolução n.º 09/88 do CONSEPE/UFPB, Resolução n.º 75/2006 do CONSEPE/UFPB e a reformulação de 2008 pela Resolução n.º 59/2008 do CONSEPE/UFPB. O referido curso é ofertado no campus I, localizado na cidade de João Pessoa, nos turnos diurno e noturno, com carga horária de 2.895 horas. Para o curso diurno, o graduando deverá concluí-lo entre 8 a 12 períodos. No curso ofertado à noite, o estudante terá um tempo mínimo de 09 períodos letivos e máximo de 14 para conclusão.

Em 06 de março de 2007, o CONSEPE da UFPB decide aprovar o PPP do curso de Licenciatura em Matemática, no campus I, para a modalidade semipresencial. A resolução responsável pela aprovação foi a de n.º 22/2007. De acordo com as informações contidas no site da UFPB, em espaço destinado à apresentação do curso, o mesmo foi criado com objetivo de tornar acessível a graduação de futuros professores de matemática e também de profissionais docentes já atuantes. Assim, conseqüentemente, causar impactos de melhoria na qualidade da educação básica. De acordo com a resolução que aprovou o curso, para obtenção do diploma, os discentes deverão cumprir uma carga horária de 2.805 horas em um tempo de 8 a 12 semestres.

Além dos cursos ora citados, a UFPB também oferta a Licenciatura em Matemática no município de Rio Tinto. O curso foi criado no dia 30 de maio de 2006, por meio da Resolução n.º 32/2006 do CONSEPE/UFPB. O PPP do curso de Licenciatura em Matemática do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE), campus IV da UFPB, foi aprovado pelo CONSEPE no dia 18 de junho de 2007 através da Resolução n.º 33. Nesta, consta que o curso é ofertado com carga horária de 2.805 horas, nos turnos diurno (8 a 12 períodos letivos para conclusão) e noturno (10 a 15 períodos letivos para a graduação).

3.2 Os cursos de Licenciatura em Matemática da UFCG

A UFCG, como se sabe, é uma das universidades públicas mais jovens do território paraibano, tendo sido criada em 2002. Mas, como visto em tópicos anteriores, sua história começa desde a criação da Escola Politécnica da Paraíba (1952), localizada na cidade de Campina Grande. A Licenciatura em Matemática ofertada por esta instituição, pode ser encontrada em três municípios paraibanos: Campina Grande, Cajazeiras e Cuité. Cada campus possui uma história particular com a referida licenciatura, até passarem a pertencer à UFCG.

As primeiras Licenciaturas em Matemática da UFCG surgiram na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC) e na Escola Politécnica da Paraíba em

Campina Grande. Mais tarde, essas instituições tornaram-se campi da UFPB. As referidas transformações ocorreram nos anos de 1976, quando a escola de ensino superior localizada em Campina Grande, passou a ser o campus II e em 1979 quando a FAFIC tornou-se o campus V. Nestes dois locais surgiram os centros que ofertam a Licenciatura em Matemática: o Centro de Ciência e Tecnologia (CCT) em Campina Grande e o Centro de Formação de Professores (CFP) no município de Cajazeiras.

Um dos primeiros cursos de Licenciatura em Matemática, pertencentes à UFCG, começou sua trajetória em 1972, quando ocorreu a implantação do curso de Licenciatura em Ciências na FAFIC. O referido curso concedia habilitação em licenciatura para diversas áreas, inclusive a Matemática. O curso passou a ser reconhecido no ano de 1976, por meio do Decreto n.º 78.515, mas era instituído como licenciatura de curta duração. Mais tarde, a FAFIC firmou convênio de Cooperação Didático/Científico com a UFPB. Tal fato resultou na “implantação das Habilitações em Biologia, Física, Matemática e Química, à época, vinculadas ao Curso de Licenciatura em Ciências do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN)” (UFCG, 2013, p. 7). Até o ano de 1998, as licenciaturas permaneciam com moldes da graduação de curto prazo. De acordo com seu PPC (2013), a Resolução n.º 38/1998 do CONSEPE/UFPB foi a responsável por alterar a estrutura curricular das licenciaturas de curta duração, transformando-as em licenciaturas plenas. Após o desmembramento do campus V, em 2002, o CFP passou a ser mantido pela UFCG, tornando-se o campus de Cajazeiras da mesma. Os cursos de formação para professores da educação básica deste campus, permaneceram inseridos na Licenciatura em Ciências com Habilitações. Em 2009, a Mantenedora emitiu o memorando onde informava sobre a extinção desse modelo de formação de professores. Então, objetivando a continuidade de oferta da graduação em matemática na modalidade de licenciatura, em 2010 surgem as movimentações para a criação do curso de Licenciatura em Matemática do CFP, considerando-se a relevante demanda para este tipo de habilitação.

Tendo em vista o despacho saneador anexo ao MEMO PRE/UFCG No 152/2009, o qual informa que o último vestibular para o Curso de Licenciatura em Ciências com Habilitações ocorrerá para o preenchimento de vagas em 2010, retomamos o processo de criação do Curso de Licenciatura em Matemática (UFCG, 2013, p. 8).

Assim, o curso de Licenciatura em Matemática da UFCG campus Cajazeiras, foi criado no ano de 2010, pela Resolução n.º 010. A estrutura curricular, contida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), foi aprovada no ano de 2013 através da Resolução n.º 02 da Câmara Superior de Ensino. A mencionada graduação é ofertada no turno matutino, tendo sua carga horária compreendida em um total 2.805 horas e sendo necessários no mínimo 08 períodos e no máximo de 12 para conclusão do curso.

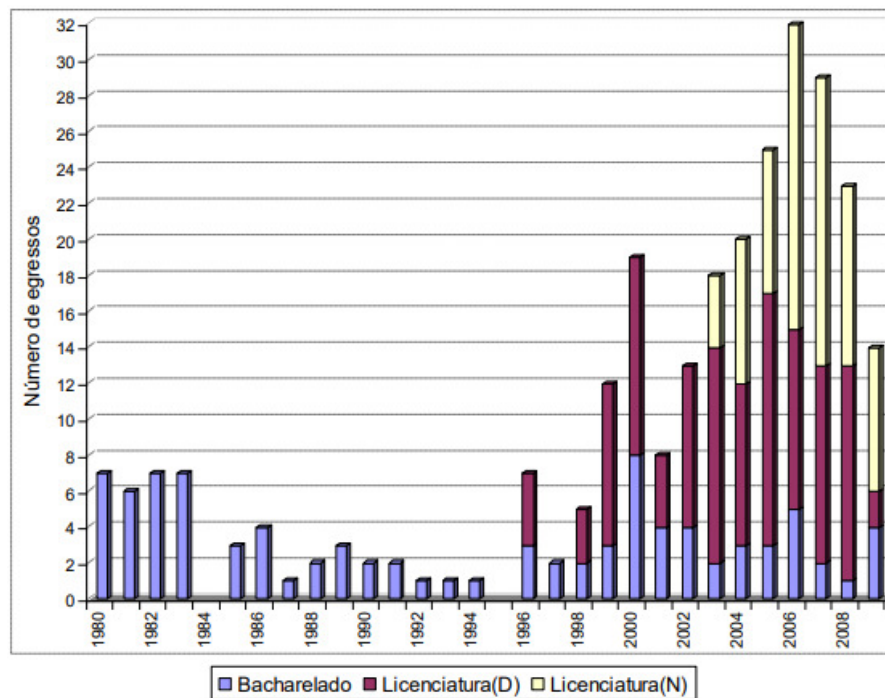
Outra Licenciatura em Matemática oferecida pela UFCG, é a do campus Campina Grande. A referida graduação surge de uma reestruturação do curso de Bacharelado em Matemática, criado pela instituição no ano de 1977, e que funciona no CCT desde seu nascimento. Com o decorrer dos anos, a coordenação do curso de Bacharelado em Matemática se deparou com fatos desagradáveis: baixo índice de concluintes e alto nível de evasão.

Diante dos dados fornecidos pelo Controle Acadêmico da instituição, que indicavam que os alunos desistentes do bacharelado migravam para outros cursos do próprio CCT ou para a Licenciatura em Matemática da URNE, a coordenação de matemática decide reformular o currículo do curso e incluir a habilitação em licenciatura. Assim, em 1990, é criado o curso de Licenciatura em Matemática nesta instituição que, na época, ainda pertencia à UFPB.

A Resolução n.º 79/90 do CONSUNI/UFPB, de 29 de novembro de 1990, autorizou o funcionamento do curso com essas duas modalidades e a sua estrutura curricular foi estabelecida pela Resolução n.º 53/90 do CONSEPE/UFPB, de 28 de dezembro de 1990, convalidadas pela Resolução 08/2003 do Colegiado Pleno/UFCG em 15/10/2003, e seu reconhecimento pela Portaria n.º. 649 do Ministério da Educação e Cultura/MEC de 13 de abril de 1999 (UFCG, 2008, p. 2).

A Figura 6 demonstra o quantitativo de egressos da UFCG, Campus Campina Grande, no período de 1980 a 2009 com a oferta do curso de Matemática (inicialmente bacharelado e posteriormente bacharelado e licenciatura).

Figura 2 - Egressos da UFCG (1980-2008)



Fonte: PPP do curso, 2008.

A princípio o curso era ofertado apenas no período diurno, mas em 1999 passou a ser oferecido também no turno da noite. Atualmente, sua carga horária mínima está compreendida em 2.835 horas. O estudante que realizar o curso diurno terá no mínimo 8 períodos e máximo de 12 para concluí-lo. Já para os que cursam à noite, terão no mínimo 9 e no máximo 14 semestres para concluí-lo.

Assim como mencionado anteriormente, o curso de Licenciatura em Matemática também é ofertado pela UFCG no campus de Cuité. Com os programas de interiorização do ensino superior das instituições federais, o município de Cuité foi contemplado com a implantação de um campus da UFCG, começando a funcionar no ano de 2006 no prédio da Escola Técnica Agrícola do Curimataú. Em setembro de 2006, é criado nesta escola, o Centro de Educação e Saúde (CES) pertencente à UFCG. É este centro o responsável pela oferta de 04 cursos para formação de professores no município de Cuité, dentre eles o de Matemática. Embora tenha iniciado sua primeira turma no dia 4 de setembro de 2006, o curso de Licenciatura em Matemática do campus Cuité foi criado no ano de 2005, por intermédio da Resolução n.º 05 da Câmara Superior de Ensino. Em 2008, a Resolução n.º 02 da Câmara Superior de Ensino é responsável por aprovar, legalmente, a estrutura curricular do curso. Ofertado em dois turnos, diurno e noturno, e possuindo carga horária total de 3.015 horas, os alunos matriculados durante o dia terão de 08 a 12 períodos para conclusão, enquanto os estudantes do curso noturno, 10 a 15 semestres para integralização.

3.3 A trajetória dos cursos de Licenciatura em Matemática da UEPB

A UEPB é uma das Instituições de Ensino Superior mais antigas do estado paraibano. Como supra transcrito no capítulo anterior, pode-se considerar que sua história começou a partir da criação da URNE em 1966. Em relação à oferta de cursos de Licenciatura em Matemática, atualmente, a instituição dispõe de três campi responsáveis pela formação de professores nesta área: campus I (Campina Grande), campus VI (Monteiro) e campus VII (Patos).

Com a criação da URNE, uma das faculdades de ensino superior que passou a integrá-la foi a Faculdade de Filosofia de Campina Grande. É neste ambiente que surge o curso de Matemática da mencionada universidade. No dia 23 de fevereiro de 1967, é publicada no Diário Oficial, a homologação da Resolução n.º 021/66, do Conselho Estadual de Educação, que autorizou o funcionamento de alguns cursos que funcionaram na Faculdade de Filosofia, dentre eles a graduação em Matemática. No ano de 1974, o Decreto Federal n.º 74.434 concede reconhecimento aos cursos de Estudos Sociais e Matemática da URNE. Embora o curso de

Licenciatura em Matemática ofertado pela UEPB seja um dos mais antigos do estado, sua história deixa lacunas. Entende-se, pelo breve tópico de apresentação constante em seu Projeto Pedagógico, que o curso é ofertado desde o seu surgimento sem que tenham ocorrido quaisquer interrupções.

O curso de Licenciatura Plena em Matemática é oferecido à comunidade desde 1967. Os alunos que frequentam o curso são egressos de várias cidades do estado da Paraíba e de vários estados da região do Nordeste do Brasil. São centenas de docentes formados pelo Curso de Matemática da UEPB que atuam em todas as regiões do Brasil no ensino fundamental e médio, na graduação e na pós-graduação (UEPB, 2016a, p. 23).

O centro responsável pelo curso é o CCT da UEPB. A versão mais recente da estrutura curricular do curso, constante em seu PPC, foi aprovada pela Resolução n.º 147/2016. A graduação é ofertada em período integral e noturno, com carga horária de 3.210 horas para integralização, sendo necessário um tempo mínimo de 8 semestres e máximo de 15 para obtenção do diploma.

Ao longo de sua trajetória, a UEPB expandiu, consideravelmente, sua oferta de cursos superiores pelas cidades do estado paraibano. Em seu campus VI, no município de Monteiro, tem-se o curso de Licenciatura em Matemática, criado no ano de 2006 pela Resolução n.º 011 do Conselho Universitário (CONSUNI). Seu reconhecimento aconteceu no ano de 2010 quando o Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE/PB) publicou a Resolução n.º 261 no Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 16 de dezembro de 2016.

No cenário atual, o PPC em vigor é o que foi formulado no ano de 2016. Nele, consta que o curso é ofertado em período diurno e noturno, sendo necessários no mínimo 8 semestres e no máximo 15 para conclusão e 3.240 horas para integralização curricular. Além disso, seu Projeto Pedagógico deixa claro a oferta de uma graduação que possibilite formar um professor de matemática capaz de lidar com as adversidades e modernizações de sua profissão.

[...] oferece aos egressos uma sólida formação teórica em conteúdos da Matemática superior e em disciplinas da Educação Matemática, que incluem conhecimentos didático-pedagógicos específicos do ensino da Matemática. Há ainda, formação em disciplinas de Física e nas áreas de Informática e Computação, que lhes permite usar as potencialidades do computador e demais recursos tecnológicos como instrumentos de trabalho. Com isso, o curso contribui para que o licenciando possa utilizar os conhecimentos adquiridos de forma inovadora e eficaz, acompanhando a evolução das metodologias e tecnologias de ensino, bem como das ciências exatas (UEPB, 2016b, p. 24).

Para finalizar a exposição dos cursos de formação de professores de Matemática, oferecidos pela UEPB, tem-se a licenciatura do campus VII, em Patos. Diante da escassez de professores de matemática no Sertão do estado paraibano, vem a necessidade de facilitar o acesso à graduação para os sertanejos que desejam lecionar nesta área do conhecimento. Antes

da criação do curso que pertence à UEPB, somente o campus de Cajazeiras, da UFCG, ofertava a graduação em matemática àquela região.

O principal motivo da sua criação foi a carência de professores graduados em Matemática na região, pois a licenciatura em Matemática presencial mais próxima está a cerca 200 km de distância. A existência desse curso no Sertão paraibano reduziu a distância e consequentemente os custos para quem tem afinidade com o Ensino de Matemática e desejava aprofundamento na área através da formação superior em licenciatura em Matemática (UEPB, 2016c, p. 26).

Deste modo, em julho de 2011 é criado o curso de Licenciatura em Matemática no município de Patos, por meio da Resolução n.º 035 do CONSUNI/UEPB, publicado no DOE da Paraíba em 3 de agosto de 2011. De acordo com seu PPC (2016), a graduação é ofertada nos turnos integral e noturno e os discentes terão de 8 a 15 semestres para concluir a carga horária total exigida pelo curso, que é de 3.200 horas.

3.4 O IFPB e a oferta de cursos de Licenciatura em Matemática

O IFPB possui um histórico recente e bastante expressivo no que diz respeito à oferta de cursos em território paraibano. Um deles é o curso de Licenciatura em Matemática que pode ser encontrado nos municípios de Campina Grande, João Pessoa e Cajazeiras. As justificativas para implantação dos cursos de formação de professores de matemática estão ligadas à necessidade de inserção de profissionais desta área, no mercado de trabalho. Além disso, a Lei 11.892 de 2008 deixa explícito o objetivo de ministrar cursos em nível superior nos IF, dentre eles “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Vale destacar que um dos propósitos, com a oferta do mencionado curso, é oferecer uma formação capaz de transformar, mesmo que aos poucos, a atuação docente de seus licenciados nas escolas de nível básico. É comum entre os PPC dos cursos de Licenciatura em Matemática do IFPB, o desejo de formar professores capazes de atuar na educação básica.

A criação de cursos de Licenciatura em Matemática do IFPB começou a partir do ano de 2010, sendo os campi de Campina Grande e Cajazeiras os primeiros a ofertarem-nas. Já o campus de João Pessoa começou sua oferta no ano de 2018, como exposto nos próximos parágrafos.

Em setembro de 2010, por intermédio da Resolução n.º 086, é autorizado o funcionamento da Licenciatura em Matemática do IFPB campus Campina Grande. Procurando atender a região do Agreste da Borborema e de cidades do Rio Grande do Norte e Pernambuco, pretendia-se iniciar a primeira turma no primeiro semestre de 2011.

Com previsão de oferta do Curso de Licenciatura em Matemática com funcionamento previsto para o 1º. Semestre de 2011, O IFPB - campus Campina Grande amplia sua oferta de cursos e inova pedagogicamente, ao mesmo tempo em que consolida o Plano Estratégico, o qual prevê como objetivo permanente: “assegurar um modelo pedagógico flexível, que possibilite atualização curricular face às mudanças e exigências do mundo do trabalho [...]” (IFPB, 2011a, P. 10).

O reconhecimento do curso, aconteceu em abril de 2015 com a publicação da Portaria n.º 309, emitida pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Desde sua criação, é ofertado no turno noturno, com carga horária total de 3.270 horas, devendo ser concluído pelo estudante no período de 8 a 12 semestres letivos, como exposto na última versão de seu PPC (2018), aprovado pela Resolução n.º 03/2019 do Conselho Diretor.

Na mesma data em que houve a permissão para o funcionamento da graduação no IFPB-CG, também foi autorizada a criação do curso de Licenciatura em Matemática do IFPB campus Cajazeiras. A resolução que estabeleceu o seu funcionamento foi a de n.º 088/2010. Conforme consta em seu PPC, “o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB-campus Cajazeiras assume o compromisso em ofertar a população de Cajazeiras e municípios circunvizinhos, a partir semestre letivo 2011.1, o Curso Superior de Licenciatura em Matemática” (IFPB, 2011b, p. 18). Além disso, é oferecida no turno da noite, contendo sua carga horária total compreendida em 3.218 horas, devendo estas, serem concluídas no tempo mínimo de 8 e máximo de 14 períodos letivos.

Por fim, mas não menos importante, o IFPB também disponibiliza a graduação em matemática na capital paraibana. Este curso é o mais recente dentre as licenciaturas em Matemática oferecidas pela instituição, tendo sido criado no ano de 2018, pela Resolução n.º 46 do Conselho Superior do IFPB. Sua implantação vem carregada de objetivos, destacando-se a importância de:

[...] construir possibilidades de gerar um novo cenário na formação de professores de matemática, investindo numa formação diferente da convencional, uma construção nova e melhor, através da formação de pessoas com profundo conhecimento matemático, pedagógico e epistemológico (IFPB, 2018, p. 23).

Conforme o PPC (2018), a graduação é ofertada à tarde, sendo necessário o cumprimento de 3.309 horas no prazo mínimo de 8 e máximo de 12 períodos letivos para integralização.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Pesquisar sobre a história das Licenciaturas em Matemática das IES públicas paraibanas, traz a percepção da relevância de temas com essa conjectura. Contribuições como estas poderão servir como base para o conhecimento e análise dos passos dados pelos cursos e IES, tornando-se mais fácil a identificação de seus impactos para, se necessário, melhorá-los e/ou modificá-los. Trata-se de uma temática relacionada diretamente à sociedade e à sua possibilidade de evolução educacional. Dentre outras ciências, a Matemática é uma das que possui grande relevância na formação educacional básica. Daí, é notório a necessidade de formar professores nesta área do conhecimento.

Os programas para a descentralização de IES foram extremamente importantes e necessários para que a população interiorana pudesse ter acesso à graduação sem tantos danos financeiros. Incluir as pequenas comunidades, nascidas em municípios menores, é dar-lhes a oportunidade diversificada em ofertar atividades econômicas. Além disso, facilitar à população o ingresso à educação superior, é buscar uma igualdade social e evolução educacional no país.

Diante disso, vê-se o crescente oferecimento de cursos para formação de professores de Matemática no estado, tendo em vista que todas as IES públicas paraibanas oferecem a referida graduação. Para reforçar a importância das licenciaturas, instrumentos deste trabalho, argumentamos o fato de não as perceber em instituições privadas paraibanas. Este evento, por sua vez, também pode ser um problema de pesquisa que traga relevantes descobertas à história dos cursos analisados, fortalecendo a significância da continuidade de sua oferta pelas instituições públicas. Para isso, são necessários planos governamentais que mantenham estas graduações ativas, afinal sua escassez interferirá diretamente à educação básica.

Mesmo com os movimentos e implementações do ensino superior na Paraíba, a Matemática só passou a possuir uma graduação exclusiva na década de 1950, ainda assim, sem direcionamentos pedagógicos para preparar profissionais à atuação docente na educação básica. É nessa perspectiva que se pode notar de onde advinham os professores de matemática que passaram a atuar nas escolas de nível básico e possíveis impactos (rejeição/aceitação) que essa disciplina, como componente curricular escolar, precisou se ajustar de alguma forma para a sala de aula nesse nível educacional.

Já a Licenciatura em Matemática paraibana nasce apenas na década de 1960, nas cidades de Campina Grande e João Pessoa. Desde então, essa graduação passou por diversas transformações: Licenciatura Plena, licenciatura de curta duração ou Licenciatura em Ciências com habilitações. Este curso percorreu, na Paraíba, uma jornada de cerca de 50 anos para

universalizar-se como Licenciatura Plena. Durante esta pesquisa, em alguns momentos foi difícil encontrar informações sobre essas trajetórias, pois nem todos os sites das instituições possuem dados e/ou materiais contendo suas histórias e estruturas. Assim, reforça-se a importância de mais trabalhos com essa perspectiva e também de as IES e coordenações, de modo geral, realizarem trabalhos de estruturação de bancos de dados, conservação e recuperação de documentos e a publicização de tais informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar e transcrever acontecimentos passados, auxilia a humanidade na compreensão de suas construções ao longo de sua subsistência. Ao buscar as fontes para fundamentação desta pesquisa, percebeu-se cada vez mais a importância de se eternizar, por meio de documentos e trabalhos acadêmicos, um evento que impacta diretamente a sociedade. Quando se fala em Matemática, a primeira coisa que vem à mente da maioria das pessoas são números, talvez pelo fato de termos passado anos aprendendo (e replicando) um ensino matemático conectado, exclusivamente, a cálculos. Relacionar essa ciência com História também é uma maneira de conservá-la na sociedade, seja em aspectos puramente matemáticos ou educacionais. São trabalhos com esta temática que auxiliarão na construção desse arsenal de conhecimentos históricos matemáticos. Assim, realizar esta investigação é uma forma de amparar a sociedade e contribuir para o entendimento de seu desenvolvimento durante esta fase de sua existência. Além disso, é uma maneira de proteger fatos importantes que narram a trajetória da Matemática, em nível superior, na Paraíba.

Considerando o que foi visto nesta pesquisa, a educação formal brasileira passou por diversas modificações. Entende-se que foi um árduo caminho até alcançar o modelo atual. Nem sempre o letramento dos brasileiros esteve ligado ao desejo das políticas públicas da nação, mas sim a fins políticos e até mesmo doutrinários. Tratando-se de ensino superior, por décadas, apenas a elite conseguiu acessá-lo, contudo sua expansão e universalização foram, aos poucos, se tornando acessíveis às classes mais baixas pelos motivos já citados anteriormente. Foram poucos os que pensaram em um modelo de educação que pudesse formar cidadãos com capacidades intelectuais autônomas. Na Paraíba, a educação superior surgiu anos após grande parte do país já possuir escolas para este nível de ensino. A classe trabalhadora, que lutava pela evolução de suas formações acadêmicas e profissionais, foi uma das principais influenciadoras para a implementação de escolas superiores no estado, mas os interesses políticos também estavam atrelados ao surgimento desta implantação.

Tratando-se da Licenciatura em Matemática, ao analisar contextos históricos é possível explicar o porquê de esta ciência ainda causar impactos negativos à educação básica e à grande parte da sociedade. Antes de se pensar em uma formação acadêmica para professores de Matemática, estes profissionais advinham principalmente de faculdades de engenharia e de artilharia. Eram nestas escolas onde a matemática estava notoriamente presente, então, se o graduado era capaz de aprender os ensinamentos daquele nível, também era para lecioná-los. Um estilo de formação onde era mais importante “ensinar” do que aprender. A preocupação,

com um modelo de educação onde o aluno é o protagonista do processo de ensino-aprendizagem, não estava evidente.

Na Paraíba, a Licenciatura em Matemática percorreu um longo período até se tornar, definitivamente, Licenciatura Plena. Essa graduação nem sempre foi prioridade de oferta, pois Além de ter sido oferecida em curta duração, também esteve inserida/unificada a outros cursos. Contudo, atualmente, a oferta de cursos paraibanos, capazes de formar professores de Matemática para atuarem na educação básica (ensino fundamental anos finais e ensino médio), possui um quantitativo relevante e estão presentes em todas as IES públicas paraibanas. Assim, observa-se a importância de se ter políticas públicas que sejam capazes de ampliar as possibilidades de ingresso ao nível superior, aos estudantes. Dentre os municípios analisados, que ofertam a mencionada graduação, a cidade de Campina Grande ocupa um lugar de destaque, pois esta dispõe de três instituições que oferecem o curso à sua população, bem como a outras regiões e estados vizinhos, contribuindo significativamente para a formação de professores de Matemática.

Ao concluir esta pesquisa, identificamos que para conseguirmos apresentar os aspectos historiográficos do surgimento das Licenciaturas em Matemática na Paraíba, foi fundamental analisar documentos (PPC, resoluções, decretos etc.) que pudessem contribuir com esta narrativa. Certamente, conseguir registrar a organização destes cursos, nas IES paraibanas, é uma maneira de contribuir com a História da Matemática e seu ensino no estado. Embora a investigação tenha sido difícil em alguns aspectos, pode-se dizer que foi satisfatório encontrar respostas para os questionamentos e poder apresentar uma historiografia sobre o processo de surgimento dessas graduações. Diante das limitações deste trabalho, outras estratégias podem ser traçadas para o seu melhoramento e/ou continuidade. Buscar documentos físicos, atas de reuniões, entrevistas com professores e profissionais que conhecem o surgimento e trajetória desses cursos (e outros que venham a surgir), coletar dados acadêmicos etc., podem ser instrumentos norteadores para o avanço desta pesquisa.

Por trás de cada informação e documento coletado existem/existiram pessoas que lutaram para a estruturação de cursos dignos de serem ofertados a todas as classes sociais e, principalmente, às mais baixas. As lutas por implementações, aprimoramentos e reformulações dos cursos de graduação; a captação de bolsas de estudos, equipamentos e outros materiais didáticos, são alguns fatos que merecem ser evidenciados e contados, se possível, por profissionais que fizeram parte destes processos. Ainda, é relevante registrar esses acontecimentos para que alunos e professores possam perceber que para se encontrar cursos com estruturas “prontas e acabadas”, foram necessárias pessoas, instituições e políticas públicas

voltadas para melhorar a oferta e a qualidade da formação, do ensino e da aprendizagem em Matemática.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, F.C. História, cultura e ensino superior na Paraíba: implantação, estadualização e federalização. *Saeculum*, João Pessoa, n. 15, p. 29-47, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11355/6469>. Acesso em: 5 set. 2023.

BEZERRA, Francisco Chaves. **O ensino superior de história na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais.** 2007. Dissertação de pós-graduação (mestrado em história) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6030/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 2 out. 2023.

BÍBLIA. Bíblia Sagrada. Tradução de Dietrich *et al.* Edição Especial. Rio de Janeiro - RJ: Paulus, 2014.

BRASIL. **Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915.** Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1915]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 14.343, de 7 de setembro de 1920.** Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1920]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,Janeiro%2C%20dispensada%20esta%20da%20fiscaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 74.434, de 20 de agosto de 1974.** Concede reconhecimento aos cursos de Estudos Sociais e de Matemática da Universidade Regional do Nordeste [...]. Brasília: Presidência da República, [1974]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74434-20-agosto-1974-422941-retificacao-1-pe.html>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 78.515, de 30 de setembro de 1976.** Concede reconhecimento ao curso de Ciências, 1º grau, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, com sede na Cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba. Brasília: Presidência da República, [1976]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-78515-30-setembro-1976-427348-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 80.682, de 9 de novembro de 1977.** Concede reconhecimento aos cursos de Matemática, Física e Química, da Universidade Federal da Paraíba, com sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. Brasília: Presidência da República, [1977]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-80682-9-novembro-1977-429614-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 10.419, de 9 de abril de 2002.** Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110419.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2008]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-publicacaooriginal-108020-pl.html>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960.** Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1960]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3835.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.835%2C%20DE%2013%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201960.&text=Federaliza%20a%20Universidade%20da%20Para%C3%ADba%20e%20d%C3%A1%20outras%20previ%C3%A Ancias. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. **Portaria n.º 309, de 29 de abril de 2015.** Reconhecimento de cursos superiores. Brasília: Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior, [2015]. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/bonfim/files/2015/10/Reconhecimento-do-Curso-LCC.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

CAMPINA GRANDE. **Lei n.º 23, de 15 de março de 1966.** Cria a Universidade Regional do Nordeste e dá outras providências. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande, [1966]. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1966/7816/lei_no_23.pdf. Acesso em: 9 de set. 2023.

DE ALBUQUERQUE FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968 University in Brazil: from its origins to university reform—1968. **Educar**, Curitiba, v. 22, n. 28, p. 17-36, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/7609/5423>. Acesso em: 25 set. 2023.

FREITAS, Izabela Barbosa. **As concepções sobre docência de profissionais responsáveis pela formação inicial no curso de licenciatura noturna em matemática da Universidade Federal Da Paraíba Campus I.** 2021. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em matemática) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21177/1/IBF05102021.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Maria Laura Magalhães. Os 80 anos do primeiro curso de Matemática brasileiro: sentidos possíveis de uma comemoração acerca da formação de professores no Brasil. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 30, n. 55, p. 424-438, ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4415v30n55a06>. Acesso em: 24 ago. 2023.

IFPB. Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação. **Sobre o campus.** [S. l.]: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação, 10 mar. 2016. Atualizado em 31 ago. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/campinagrande/institucional/sobre-o-campus>. Acesso em: 15 set. 2023.

IFPB. Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação. **Sobre o campus**. [S. l.]: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação, 10 mar. 2016. Atualizado em 25 out. 2022. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/cajazeiras/institucional/sobre-o-campus>. Acesso em: 15 set. 2023.

IFPB. Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação. **Sobre o campus**. [S. l.]: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação, 10 mar. 2016. Atualizado em 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/institucional/sobre-o-campus>. Acesso em: 16 set. 2023.

IFPB. Plano Pedagógico do curso. Campina Grande, 2018.

IFPB. Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Matemática. João Pessoa, 2018.

IFPB. Projeto Pedagógico do curso. Campina Grande, 2011a.

IFPB. Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Matemática. Cajazeiras, 2011b.

IFPB. **Resolução n.º 46, de 24 de outubro de 2018**. Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Curso Superior de Licenciatura em Matemática [...]. João Pessoa: Conselho Superior, [2018]. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/206/atos_regulatorios/resolucao-no-46.pdf.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

IFPB. **Resolução n.º 86, de 28 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Curso de Licenciatura em Matemática no Campus Campina Grande. João Pessoa: Conselho Superior, [2010]. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/9/atos_regulatorios/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_86_-_Lic_Matem%C3%A1tica_-_CG.pdf.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

IFPB. **Resolução n.º 88, de 28 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Curso de Licenciatura em Matemática no Campus Cajazeiras. João Pessoa: Conselho Superior, [2010]. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/8/atos_regulatorios/Resolucao_88-2010-CS_autoriza_ad-referendum_funcionamento_curso_Licenciatura_Matematica_campus_Cajazeiras.pdf.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

JUNIOR, Paulo Ghiraldelli. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.

MACENA, Marta Maria Maurício; SANTOS, Eduardo Gonçalves dos. Intenções para uma história da licenciatura em matemática da Universidade Federal da Paraíba. *In*: Congresso ibero-americano, 3. 2015, Belém. **História da Educação Matemática**. Los Andes: Universidad de Los Andes, 2015. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/22610/1/Mauricio2015Intencoes.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MAIA, Joémerson de Oliveira. **O curso de Licenciatura em Matemática da UFPB: análise e sugestões**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em matemática) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17847>. Acesso em: 26 out. 2023.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**. Ribeirão Preto, v. 17, p. 04-06, 2002. Acesso em: 07 dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>.

MELO, Jaynara Ervelin da Silva. **Uma análise do desenvolvimento histórico do curso de Licenciatura em Matemática do campus I da Universidade Federal da Paraíba**. 2021. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em matemática) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20592/1/JESM04082021.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. *In*: DWYER, Tom; ZEN, Eduardo Luiz; WELLER, Wivian; SHUGUANG, Jiu; KAIYUAN, Guo (org.). **Jovens Universitários em um Mundo em Transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea, 2016. p. 95-124. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9061>. Acesso em: 25 set. 2023.

PARAÍBA. **Lei n.º 1.366, de 02 de dezembro de 1955**. Cria a Universidade da Paraíba e dá outras providências. João Pessoa: Governo Estadual, [1955]. Acesso em: <https://www.ufpb.br/prg/cra/atos-de-autorizacao/lei-autorizacao-enfermagem.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.

PARAÍBA. **Lei n.º 4.977, de 11 de outubro de 1987**. Cria a Universidade Estadual Da Paraíba (UEPB), e dá outras providências. Campina Grande: Governo Estadual, [1987]. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/4545_texto_integral. Acesso em: 5 set. 2023.

ROCHA, Daniel. **Histórico**. [S. l.]: Universidade Federal da Paraíba, 3 nov. 2016. Atualizado em 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/apresentacao/historico>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, R. A. A criação do ministério da educação e saúde pública no Brasil. **Trilhas Pedagógicas**, Pirassununga, v. 7, n. 7, p. 291-304, ago. 2017. Disponível em: <https://fatece.edu.br/arquivos/arquivos-revistas/trilhas/volume7/19.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

UEPB. Projeto Pedagógico de curso Matemática Licenciatura. Campina Grande, 2016a.

UEPB. Projeto Pedagógico de curso Matemática Licenciatura. Monteiro, 2016b.

UEPB. Projeto Pedagógico de curso Matemática Licenciatura. Patos, 2016c.

UEPB. **Resolução n.º 11, de 29 de março de 2006**. Cria o curso de Licenciatura Plena em Matemática no campus VI da UEPB em Monteiro-PB, e dá outras providências. Campina Grande: Conselho Universitário, [2006]. Disponível em: <https://transparencia.uepb.edu.br/institucional/conselhos-superiores/resolucoes-consuni/#2006>. Acesso em: 30 set. 2023.

UEPB. **Resolução n.º 147, de 28 de outubro de 2016.** Aprova o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Matemática do CCT no campus I, e dá outras providências. Campina Grande: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, [2016]. Disponível em: <https://transparencia.uepb.edu.br/institucional/conselhos-superiores/resolucoes-consepe/#2016>. Acesso em: 30 set. 2023.

UEPB. **Resolução n.º 35, de 4 de julho de 2011.** Cria os cursos de Licenciatura Plena em Física e Matemática, no campus VII, e dá outras providências. Campina Grande: Conselho Universitário, [2011]. Disponível em: <https://transparencia.uepb.edu.br/institucional/conselhos-superiores/resolucoes-consuni/#2011>. Acesso em: 29 set. 2023.

UFCG. Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Matemática. Campina Grande, 2008.

UFCG. Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Matemática. Cajazeiras, 2013.

UFCG. Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Matemática. Cuité, 2008.

UFCG. **Resolução n.º 10, de 23 de agosto de 2010.** Aprova a criação do Curso de Matemática, na modalidade Licenciatura, na Unidade Acadêmica de Ciências Exatas e da Natureza, do Centro de Formação de Professores [...]. Campina Grande: Câmara Superior de Ensino do Conselho Universitário, [2010]. Disponível em: http://ufcg.edu.br/prt_ufcg/sods/scripts_php/lista_todas_resolucoes.php. Acesso em: 9 out. 2023.

UFCG. **Resolução n.º 2, de 20 de junho de 2008.** Aprova a estrutura curricular do Curso de Graduação em Licenciatura em Matemática, do Centro de Educação e Saúde – Campus de Cuité [...]. Campina Grande: Câmara Superior de Ensino do Conselho Universitário, [2008]. Disponível em: http://ufcg.edu.br/prt_ufcg/sods/scripts_php/lista_todas_resolucoes.php. Acesso em: 5 out. 2023.

UFCG. **Resolução n.º 2, de 26 de abril de 2013.** Aprova a estrutura curricular contida no Projeto Pedagógico do Curso de Matemática, modalidade Licenciatura, do Centro de Formação de Professores [...]. Campina Grande: Câmara Superior de Ensino do Conselho Universitário, [2013]. Disponível em: http://ufcg.edu.br/prt_ufcg/sods/scripts_php/lista_todas_resolucoes.php. Acesso em: 9 out. 2023.

UFCG. **Resolução n.º 5, de 22 de novembro de 2015.** Cria o Curso de Licenciatura em Matemática na Unidade Acadêmica de Educação, do Centro de Educação e Saúde, e dá outras providências. Campina Grande: Câmara Superior de Ensino do Conselho Universitário, [2005]. Disponível em: http://ufcg.edu.br/prt_ufcg/sods/scripts_php/lista_todas_resolucoes.php. Acesso em: 7 out. 2023.

UFCG. Unidade Acadêmica de Matemática. **Apresentação.** [S. l]: Unidade Acadêmica de Matemática, [2020?]. Disponível em: <http://mat.ufcg.edu.br/pgmat/apresentacao/>. Acesso em: 10 set. 2023.

UFCG. Unidade Acadêmica de Matemática. **Histórico.** [S. l]: Unidade Acadêmica de Matemática, [2020?]. Disponível em: <http://mat.ufcg.edu.br/historico/>. Acesso em: 10 set. 2023.

UFPB. Departamento de Matemática. **Apresentação**. [S. l]: Departamento de Matemática, [2020?]. Disponível em: <http://www.mat.ufpb.br/dm/index.php/institucional/apresentacao>. Acesso em: 2 set. 2023.

UFPB. Departamento de Matemática. **Histórico**. [S. l]: Departamento de Matemática, [2020?]. Disponível em: <http://www.mat.ufpb.br/dm/index.php/institucional/historico>. Acesso em: 5 set. 2023.

UFPB. Projeto de Curso Superior na Modalidade à Distância. João Pessoa, 2019.

UFPB. Projeto Político- Pedagógico curso de graduação em Matemática modalidade: Licenciatura. Rio Tinto, 2007.

UFPB. **Resolução n.º 22, de 16 de abril de 2007**. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do curso de Graduação em Matemática, na modalidade Licenciatura, semipresencial [...]. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, [2007]. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2015226170efc7118912ba3b14220cb9/RES._N22-2007.pdf. Acesso em: 1 out. 2023.

UFPB. **Resolução n.º 32, de 30 de maio de 2006**. Cria o curso de Matemática do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Campus IV, desta Universidade. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, [2006]. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2016067057790f2298852f1f20b69d9e/RES._N32-2006.pdf. Acesso em: 5 out. 2023.

UFPB. **Resolução n.º 33, de 18 de junho de 2007**. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do curso de Matemática, na modalidade Licenciatura, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Campus IV, desta Universidade. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, [2007]. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2015077073bdde11892882a02cf4675e/RES._N33-2007.pdf. Acesso em: 5 out. 2023.

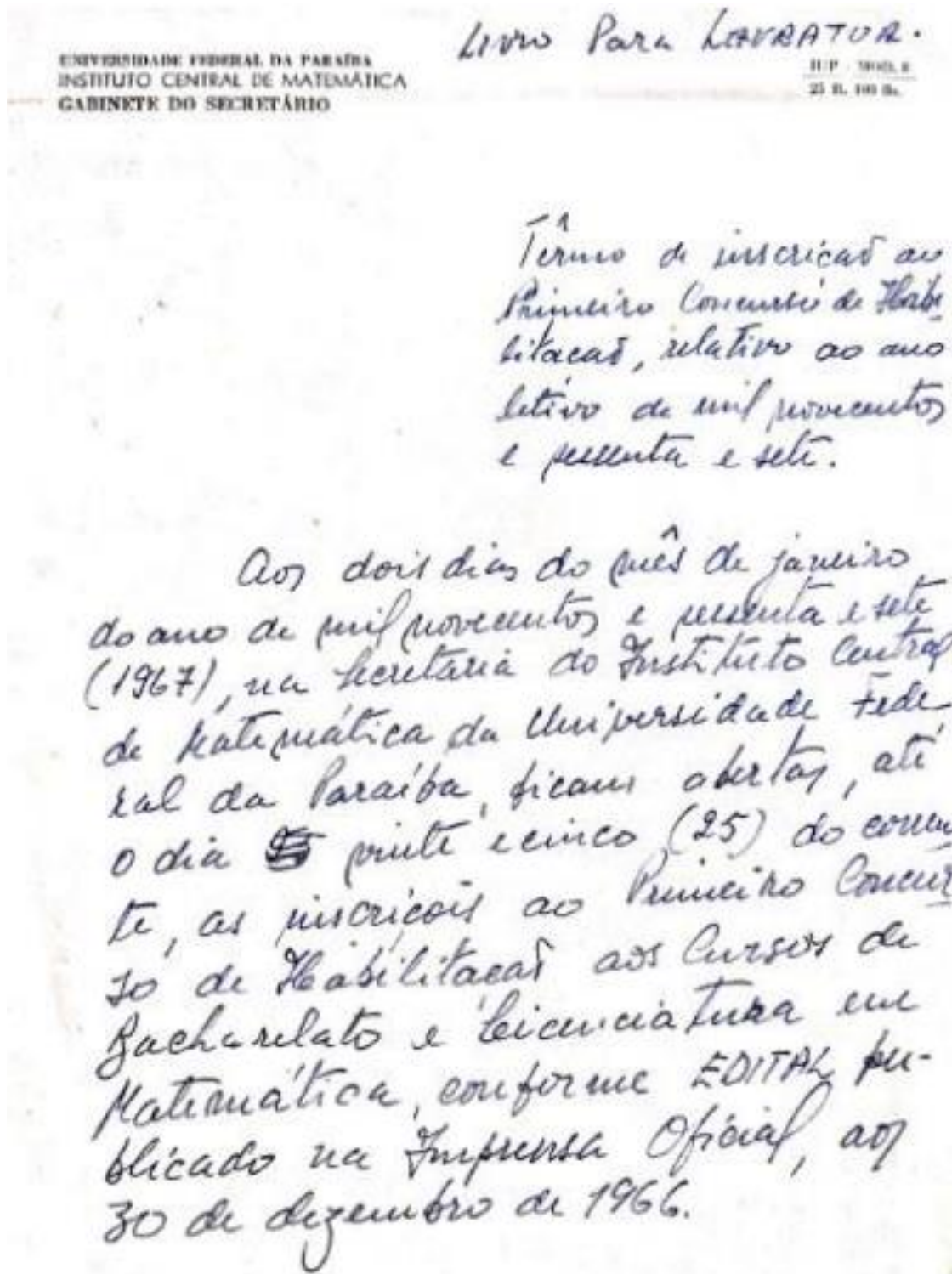
UFPB. **Resolução n.º 59, de 30 de setembro de 2008**. Altera os artigos 3º e 4º e os Anexos II e III da Resolução n.º 75/2006 do CONSEPE [...]. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, [2008]. Disponível em: sig-arq.ufpb.br/arquivos/20161630006e6422854637379d36ea85/Rsep59_2008.htm. Acesso em: 1 out. 2023.


UFPB. **Resolução n.º 75, de 28 de dezembro de 2006**. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do curso de Matemática, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza [...]. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, [2006]. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/201607814833cd229972bbc93fa033ac/RES._N75-2006.pdf. Acesso em: 1 out. 2023.

VALENTE, W. R. Do engenheiro ao licenciado: subsídios para a história da profissionalização do professor de matemática no Brasil. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n. 16, p. 75-94, set./dez. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160365>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ANEXOS

ANEXO A – Ata de criação do curso de Licenciatura em Matemática da UFPB/JP



	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
	Campus Campina Grande
	R. Tranquílino Coelho Lemos, 671, Dinamérica, CEP 58432-300, Campina Grande (PB)
	CNPJ: 10.783.898/0003-37 - Telefone: (83) 2102.6200

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

TCC - Versão Final

Assunto:	TCC - Versão Final
Assinado por:	Jessyane Travassos
Tipo do Documento:	Tese
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jessyane Dias Travassos, ALUNO (201821230045) DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - CAMPINA GRANDE**, em 27/12/2023 18:55:59.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/12/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1039988

Código de Autenticação: 5ddc11ee36

